
AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CAMAÇARI, EM RESPOSTA AO ENFRENTAMENTO A PANDEMIA NO BIÊNIO DE 2020 a 2021

Recebido: 22/06/24 | *Avaliado:* 01/07/24 | *Aceito:* 12/06/24

Jucley Souza de Araújo

Graduando em Administração Pública pela Universidade Estadual da Bahia.

E-mail: jonas674@hotmail.com

Maria José M. dos Santos

Graduanda em Administração Pública pela Universidade Estadual da Bahia.

E-mail: mjcsantos17@gmail.com

Nayara B. Moreira

Mestra em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Universidade do Estado da Bahia e da Faculdade Anísio Teixeira

E-mail: naymoreira@uneb.br

RESUMO

O direito à educação é algo ainda pouco pleiteado pela sociedade brasileira, seja pela falta de conhecimento, ou pela falta de prioridade das referidas questões por parte do poder público. Nessa problemática, o direito à educação se tornou ainda mais desafiador no período pandêmico. As dificuldades do setor, se mostraram mais severas devido ao isolamento forçado. O uso das tecnologias digitais foram fundamentais para minimizar os danos educacionais nesse momento crítico da história mundial. Dentro dessa ótica, o presente trabalho analisa as ações afirmativas propostas pelo município de Camaçari, na Bahia, que buscou minimizar as desigualdades educacionais durante a pandemia, especialmente voltadas para as séries iniciais. As ações promovidas no biênio de 2020 a 2021 viabilizaram o ensino remoto no município de forma inédita no setor público. A metodologia do trabalho parte majoritariamente da revisão bibliográfica. Como resultado, o presente trabalho revelou que o município adotou medidas inovadoras nas séries iniciais de ensino fundamental, proporcionando educação de qualidade em modelo remoto, minimizando os efeitos da pandemia na educação básica municipal.

Palavras-chaves: Educação. Políticas Públicas. Pandemia. Tecnologias Digitais. Camaçari.

ABSTRACT

The right to education is something that is still little sought after by Brazilian society, either due to a lack of knowledge or a lack of priority for these issues on the part of the public authorities. In this context, the right to education has become even more challenging during the pandemic period. Even with the help of technological devices, meeting educational demands remotely was a separate chapter in surviving Covid-19. The use of digital technologies was essential to minimize educational damage at this critical moment in world history. From this perspective, this work reports on the affirmative actions proposed by the municipality of Camaçari, in Bahia, which sought to minimize educational inequalities during the pandemic, especially aimed at the initial grades. The actions promoted in the biennium from 2020 to 2021 made remote teaching viable in the municipality in a way that was unprecedented in the public sector. The work methodology was mainly a review. As a result, this work revealed that the municipality adopted innovative measures in the initial grades of elementary education, providing quality education in a remote model, minimizing the effects of the pandemic on municipal basic education.

Keywords: Education. Public Policy. Pandemic. Digital Technologies. Camaçari.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 mudou a realidade mundial. Além da busca pela contenção do vírus e as dificuldades impostas pelo isolamento sanitário, o período da pandemia ficou marcado pela implementação da prestação de serviços remotos. Obviamente, a administração pública também precisou se adequar à nova realidade. Com os serviços essenciais sendo prestados de forma reduzida, o setor público precisou se reinventar para além da área de saúde. A área educacional ganhou uma nova perspectiva durante a pandemia, com a sua prestação ocorrendo de forma remota pela primeira vez no setor público.

O direito à educação é garantido por lei no Brasil. Toda sua prestação governamental é elencada na constituição federal e na Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Com a realidade modificada pela pandemia, cumprir o que está evidenciado na legislação se tornou um desafio concreto. O isolamento suspendeu as aulas em todos os segmentos e exigiu uma adaptação rápida por parte de gestão, professores e alunos. Os segmentos maiores conseguiram se adaptar rapidamente, mas as séries iniciais necessitavam de uma perspectiva nova de ensino. É justamente dentro dessa nova realidade que a educação nas séries iniciais passou a ser ofertada por meio de tecnologias digitais. Novos recursos possibilitaram “a afirmação da Educação como política pública, representando a materialidade da intervenção do Estado” (AZEVEDO, 2008).

Mediante este cenário, o município de Camaçari buscou implementar medidas que minimizassem os impactos da pandemia na área educacional, promovendo igualdade entre os alunos da educação infantil e outros segmentos. Este trabalho demonstra a realidade municipal desenvolvida no viés de ações afirmativas para a educação municipal de Camaçari, nos anos de 2020 a 2021. Ao discutir essa temática, buscou-se analisar as soluções abordadas pela gestão municipal e os princípios determinados pela administração pública, a fim de traçar um panorama que demonstre alguma correlação entre tais elementos, traduzindo-as em informações tratadas que servirão de combustível para os diversos mecanismos de gestão, a fim de responder ao seguinte problema de pesquisa: quais ações realizadas pela gestão municipal de Camaçari, durante o período da pandemia de março de 2020 a dezembro de 2021, contribuíram para a adesão e o desempenho dos estudantes da rede municipal nas séries iniciais?

Para além do exposto, este trabalho objetiva identificar e analisar as ações oferecidas na rede municipal de Camaçari durante o período da pandemia, de março de 2020 a dezembro de 2021, e examinar os dados de adesão e desempenho dos estudantes da rede municipal no

biênio supracitado; além de estabelecer uma relação entre as ações afirmativas ofertadas no município de Camaçari e os dados de desempenho observados na rede, no recorte temporal mencionado.

O trabalho apresenta a figura do administrador público que possui um amplo leque de atuação; bem como uma formação multifacetada e diversa, que lhe possibilita um olhar refinado sobre as dinâmicas sociais e em especial, sobre aquelas pertinentes ao serviço público e sua relação direta com as demandas socioeconômicas atuais. No contexto de pandemia, o refinamento supracitado, se tornou mais evidente. O gestor público camaçariense, consciente das conseqüentes demandas do público das séries iniciais, buscou agregar ao seu fazer cotidiano os recursos referentes às tecnologias digitais, de forma eficiente, trazendo um grande diferencial para a educação pública da cidade. Os projetos implementados pela gestão do município de Camaçari, no recorte temporal concernente ao biênio de 2020 a 2021 propõe uma reflexão acerca da governança das tecnologias digitais no setor público, em especial àquela que tangencia a educação e suas modalidades; as ações de inclusão digital, para ampliação do alcance dos estudantes e suas famílias, considerando-se que em tempos pandêmicos, foram condicionados a esse novo formato de atuação e operação.

O presente artigo é dividido em cinco partes. A primeira é a introdução que apresenta uma percepção do que é o direito à educação, suas primeiras observações, além do tema, objetivos, metodologia e justificativa. A segunda parte é o referencial teórico que busca mostrar a realidade educacional antes da Covid-19 e quais foram as principais propostas educacionais implementadas no município de Camaçari durante o isolamento sanitário. O referencial apresenta ainda as medidas tecnológicas adotadas pela gestão para lidar com os efeitos da pandemia na seara educacional dos anos iniciais. A terceira parte apresenta a metodologia trabalhada no presente artigo. A quarta parte é a análise dos dados coletados durante a pesquisa e a quinta e última parte apresenta os resultados obtidos, além da previsão de possíveis tendências para a área educacional municipal a partir dos resultados obtidos no biênio de 2020 a 2021. Por fim, segue as conclusões do trabalho apresentado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo da premissa apresentada por Meirelles (1990) de que a Administração Pública é o aparelhamento do Estado, organizado para a realização de seus serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas, é importante compreender que a sua estrutura e as suas atividades, devem partir do conceito de Estado, sobre o qual repousa toda a concepção moderna

de organização e funcionamento dos serviços públicos, a serem prestados aos administrados. Baseado nessa primícia, consideramos a importância da Administração Pública no cotidiano do cidadão e entendemos que a Administração pode ser prejudicial à coletividade quando age para beneficiar somente determinados grupos, tendo a pessoalidade como critério na tomada de decisões.

Os benefícios que uma Administração Pública consciente e atenta às demandas do mundo contemporâneo, pode trazer para a população a qual se direciona uma realidade mais justa e igualitária. Com as diferentes realidades que a população brasileira apresenta; a necessidade das políticas públicas são uma realidade cada vez maior, para atender as necessidades dos diferentes grupos sociais e minimizar a desigualdade local. A administração pública tem papel fundamental na identificação dos grupos sociais e seus anseios, além de planejar a forma de melhor executar os projetos que atendam a essa realidade.

No que compete as políticas públicas voltadas para a área de educação no Brasil, no geral, são propostas e criadas por lei nas esferas nacionais, estaduais ou municipais. Segundo Moraes (2016) “A gestão democrática do ensino público possui intrínseca relação com a genuína qualidade da educação”, o que justifica a preocupação relacionada a educação no país, uma vez que os índices que demonstram sua evolução geralmente são baixos comparados aos de outros países. Falar sobre educação é falar sobre direitos fundamentais da população. Por isso, este trabalho parte da premissa de explicar o que é um direito fundamental (TAVARES, 2010) e, porque a educação faz parte desse direito. Ao entender o contexto de garantias constitucionais que cerceia a educação brasileira.

O município de Camaçari, na Bahia, buscou implementar medidas que minimizassem os impactos da pandemia ocorridos pela Covid-19 (WHO, 2020). O foco na área educacional, por parte da gestão municipal, possibilitou uma igualdade entre os alunos da educação infantil, comparado a outros segmentos educacionais. Dentro desse escopo, este trabalho apresenta a realidade municipal desenvolvida no viés de ações afirmativas para a educação infantil municipal de Camaçari, nos anos de 2020 a 2021. Se faz mister demonstrar também o que são políticas públicas e de que forma a administração pública se utiliza delas para sanar questões sociais, diminuindo a desigualdade de classes (SANTOS, 2011). Dentro do período da pandemia, as políticas públicas voltadas para a educação, tiveram um papel extremamente relevante para manter as classes menos favorecidas assistidas durante o momento do isolamento.

Ao destacar a importância da educação no processo de formação do ser humano, este trabalho apresenta as leis nacionais que regulam o setor educacional brasileiro, considerando a

BNCC- Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento normativo que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A BNCC foi aprovada em 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e serve como referência para a elaboração dos currículos escolares em todo o país. Sendo assim, entender os parâmetros da BNCC possibilitam o entendimento das ações afirmativas desenvolvidas pelo município de Camaçari, durante os anos de 2020 e 2021, para garantir o direito à educação fundamental. Arelado ao entendimento da legislação vigente, se faz importante destacar o papel crucial das TICs – Tecnologia de Informação e Comunicação que viabilizaram as propostas da gestão municipal em meio ao caos da Covid-19 (BARBOSA, 2014).

As TIC têm sido amplamente utilizadas para enriquecer os processos de ensino e aprendizagem (BARBOSA, 2014). Elas podem ser empregadas no desenvolvimento de materiais educacionais digitais, seja na realização de atividades interativas, na realização de cursos online (e-learning), na pesquisa de informações, na comunicação entre estudantes e professores, entre outras aplicações (BARBOSA, 2014). A rapidez da inovação tecnológica possibilitou garantir aos estudantes de educação infantil do município de Camaçari, o acesso à educação durante o momento de isolamento social, permitindo que os educandos produzissem e compartilhassem conhecimento no momento em que se encontravam sem contato e sem socialização (SILVA, 2018). Inevitavelmente, tudo com apoio e suporte das tecnologias disponíveis.

Destacando as muitas dificuldades sociais existentes na sociedade municipal, as ações criadas pela gestão de Camaçari foram inovadoras e de caráter revolucionário para o ensino de educação infantil (SOBRINHO, 2020). Adotar medidas que englobassem crianças pequenas em uma realidade nunca vista, foi desafiador e instigante. Os resultados obtidos dessas ações se tornaram referência nacional no quesito educação. Por ser um período específico na história mundial, este referencial apresenta as medidas que o administrador público municipal de Camaçari adotou para reduzir os danos sobre as crianças na área educacional, permitindo evidenciar a realidade municipal e suas ações de enfrentamento da Covid-19.

Os aplicativos de conectividade eletrônica e virtual, desde aqueles de acesso aos serviços de emissão de documentos ao cidadão, perpassando aos mecanismos instituídos como canais de comunicação entre os diversos braços institucionais e desembocando nos usos das TIC nas instituições escolares e de assistência social, são os objetos de estudo do projeto a ser desenvolvido (CETIC, 2020).

Neste viés, este trabalho apresenta as ações afirmativas desenvolvidas pela gestão municipal que buscou minimizar as diferenças sociais existentes na realidade municipal educacional, demonstrando as decisões acertadas e suas consequências; além de evidenciar as possibilidades e impactos ocasionados por estas, a partir dos dados relevantes para socialização entre os gestores públicos. Apresenta ainda, uma reflexão acerca da governança no setor público, em especial àquela que tangencia a educação e suas modalidades; as ações de inclusão digital, para ampliação do alcance dos estudantes e suas famílias, considerando-se que em tempos pandêmicos, foram condicionados a esse novo formato de atuação e operação.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é o processo mais importante para a construção de um trabalho acadêmico. É o caminho a ser percorrido para se atingir o objetivo pretendido, ao qual é a produção textual que responderá à hipótese promovida. Definir bem como acontecerá esse processo, é crucial para o pesquisador; por isso, alguns aspectos relevantes precisam ser destacados dentro do processo produtivo.

O presente estudo, preocupado com a abordagem que melhor corroborasse com o objetivo principal, tomou como lastro a estratégia qualitativa de pesquisa. O trabalho desenvolvido buscou interpretar o caráter subjetivo da abordagem, tentando compreender o contexto da pandemia e as particularidades do momento aplicadas à educação municipal de Camaçari. Quanto a tipologia da pesquisa; o trabalho apresentou como tática, a busca bibliográfica. A pesquisa tem como fonte principal os educadores do próprio município, que produziram reflexões baseadas nas experiências na sala de aula, a exemplo da pesquisadora e mestranda Raquel Sobrinho (2020).

A pesquisa bibliográfica utilizou ainda as palavras-chave educação, políticas públicas, pandemia, tecnologias digitais e Camaçari. A escolha desses termos deu-se após a revisão da literatura sobre o tema, principalmente, baseando-se na BNCC (BRASIL, 2018). Posteriormente, definidas essas palavras-chave, procedeu-se à busca no acervo da secretaria de educação municipal (SEDUC, 2020). A primeira palavra “educação” abordou conceitos desenvolvidos por Moraes (2016) e Tavares (2010). O termo “políticas públicas” foi desenvolvido baseado nas ideias e explicações segundo Santos (2011). As informações referentes à “pandemia” foram norteadas nos dados disponibilizados pela ONU (WHO, 2020).

Os dados disponíveis sobre as “tecnologias digitais” tiveram como referência os trabalhos de Barbosa (2014) que foram apoiados pelas ideias de Silva (2018). Sendo finalizados

pelos dados disponibilizados pelo Cetic (2020). A maioria dos conceitos identificados foi encontrada no acervo da SEDUC. Por fim, para complementar a busca com títulos de obras não disponíveis em versão eletrônica, procedeu-se a uma busca no acervo físico (impresso) de uma biblioteca universitária.

Ainda, a pesquisa pretendeu destacar a relação existente entre a modalidade de ensino à distância ofertada e os dados de desempenho apresentados no município de Camaçari no período de 2020 a 2021. Dentro desse aspecto, a pesquisa também se apresentou de forma exploratória por buscar levantar informações de um novo contexto que representa a solução municipal para o enfrentamento das consequências da covid-19 na área educacional de ensino infantil. Quanto aos instrumentos metodológicos, a pesquisa foi realizada, em parte, documental; na proposição que ora apresentamos, visitamos a plataforma de armazenamento de dados da Secretaria de Educação do município – SEDUC/ Camaçari, conhecida como Repositório das escolas; ali se encontram dispostos os projetos pedagógicos das unidades escolares do município, bem como todos os documentos indicadores de desempenho das escolas (relatórios bimestrais) e instruções normativas disparadas pelo órgão regulador da rede.

Na outra parte, a pesquisa apresenta-se também de forma descritiva, segundo a qual os resultados serão baseados sobre os documentos norteadores da oferta de educação à distância no município de Camaçari, bem como, sobre os indicadores de desempenho dos estudantes atendidos pela rede disponíveis nos arquivos da SEDUC, a fim de contemplar o gatilho das investigações realizadas em torno do objeto de estudos delimitado. Sob este prisma, partimos dos documentos disponíveis, acerca das estratégias adotadas para oferta de ensino à distância no município de Camaçari, perpassando os indicadores de desempenho disponibilizados para delinear o panorama educacional desejado para o biênio 2020/2021. Os resultados encontrados são apresentados na sequência.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O fechamento das escolas como medida de combate à disseminação da Covid-19 impactou significativamente no pensar e fazer educacional dos brasileiros. Com uma situação inédita na história da educação e um contexto que desafiava todos os agentes envolvidos no processo educativo (professores, alunos, gestores, coordenadores pedagógicos, pais/responsáveis e autoridades competentes) a dificuldade foi fazer com que a educação escolar acontecesse nesse período de crise. Enquanto perdurou o distanciamento social, as instituições de ensino precisaram criar estratégias para garantir a educação e reduzir os

prejuízos causados pelo vírus na vida acadêmica, pessoal e social dos estudantes. No entanto,

[...] por mais que a situação de pandemia vivida no país seja uma situação nova, pensar as saídas requeridas para os problemas decorrentes dela não pode ser de forma açodada, precisa buscar os melhores caminhos, que serão sempre aqueles que primam pela inclusão e garantia do direito à educação (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 18).

Não podemos nos esquecer que “as crianças e jovens de hoje são cidadãos globais, poderosos agentes de mudança, e representam a próxima geração de cuidadores, cientistas e médicos. Toda e qualquer crise é uma oportunidade de ajudá-los a aprender, cultivar a compaixão e aumentar sua resiliência, bem como de construir uma comunidade mais segura e mais acolhedora” (MENSAGENS, 2020, p. 3).

É preciso compreender que, para além da interrupção do processo de ensino e aprendizagem, o fechamento das escolas municipais, conforme sinalizou a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, desencadeou uma série de efeitos negativos para os estudantes municipais e seus familiares como, por exemplo: (i) Nutrição: muitos estudantes, especialmente aqueles mais necessitados, contam com a merenda para compor a alimentação diária; (ii) Mães, pais ou tutores não preparados para educação à distância: isso é uma realidade árdua para pais com níveis educacionais mais baixos ou recursos limitados; (iii) acesso desigual a plataformas digitais e internet adequada: esse é um obstáculo ao aprendizado contínuo (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020a, p. 05).

Ainda se pode citar como dificuldades para os alunos camaçarienses as lacunas na assistência à infância e exposição a violências, como na ausência de alternativas, os pais que seguem trabalhando, de casa ou não, acabam deixando as crianças sozinhas por longos períodos, expondo-as a situações diversas de risco. Inclui-se também a pressão não intencional no sistema de saúde, uma vez que as mulheres geralmente representam uma grande parcela dos profissionais de saúde e ainda são, ao mesmo tempo e lamentavelmente, as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020a, p. 05).

Contribuindo com a discussão, Oliveira e Souza (2020, p. 22) ressaltam que

[...] é importante ter em mente que os problemas educacionais decorrentes da crise podem envolver aspectos de outras naturezas (sociais, psicológicas, etc.) que não estejam necessariamente relacionados ao repasse de conteúdos programáticos ou a utilização de mecanismos de avaliação aos quais os estudantes são submetidos.

As unidades escolas escolares camaçariense tentaram traçar estratégias para amenizar

os prejuízos causados pela pandemia no que diz respeito ao ensino e aprendizagem; as soluções encontradas têm suas limitações no sentido de contemplar todos os estudantes, uma vez que as atividades remotas propostas, em sua maioria, requeriam o uso de aparatos tecnológicos digitais conectados à internet. Na realidade municipal, isso configura-se como um problema para muitos estudantes que não têm acesso ou têm acesso limitado às tecnologias digitais e à internet.

Em 2018, segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 58% dos domicílios brasileiros não tinham acesso a computador e 33% não dispunham de internet. Ainda conforme a referida campanha, nenhum estado da federação chega a 80% de acesso com conexão por banda larga e mais da metade dos estados não chega a 60% com esse tipo de conexão (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020a, 2020b).

Logo, como bem descreveram Avelino e Mendes (2020, p. 58), [...] a falta de recursos tecnológicos destinados à educação, especialmente a educação infantil, acabaram por inviabilizar ainda mais o acesso à educação durante a pandemia. Se anteriormente a dificuldade estava em chegar até as escolas, no contexto pandêmico, muitos alunos vão enfrentar o fato de não terem recursos suficientemente para acompanhar as aulas online e executar as atividades solicitadas. Na prática, não dispõem dos aparatos tecnológicos digitais adequados conectados à internet para realizar as atividades remotas propostas como solução para o período de isolamento social.

Não há dúvida de que:

Com a internet, surgiu o potencial de termos um meio de comunicação verdadeiramente interativo no qual as pessoas podem se tornar criadoras, cocriadoras, curadoras ou editoras, e não apenas consumidoras de conteúdos. A internet cria o potencial para relações horizontais de comunicação entre as pessoas, ao invés de depender apenas de relações exclusivamente hierárquicas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016, p.18).

Para que tais condições ocorram é preciso ter os materiais adequados, acessos aos aparatos tecnológicos digitais conectados à internet, assim como a devida familiaridade em utilizá-los. O conhecimento moderno exige um domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e, principalmente, formação intelectual; que tem na escola lugar de destaque para essa formação.

Atrelado a isso, soma-se o fato que o Brasil é um país de dimensão continental:

[...] nem todas as crianças têm acesso à internet e as atividades propostas pelos educadores não chegam a elas. Além do mais, o ambiente de casa nem sempre é propício, repletos de violência doméstica, alimentação inadequada, iluminação precária, falta de orientação dos educadores para as atividades, entre outros problemas recorrentes no âmbito familiar que prejudicam a conclusão dessas atividades (AVELINO; MENDES, 2020, p. 60).

As desigualdades sociais e regionais influenciam para essas situações de que nos falamos Avelino e Mendes (2020) na citação acima. Existem algumas políticas públicas de inclusão digital que se efetivadas como propostas, diminuiriam os prejuízos causados pela suspensão das aulas no momento de crise, motivado pela Covid-19. O parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), publicado em 30 de abril de 2020, trata da possibilidade da continuidade das atividades escolares por meios digitais, porém a falta da efetividade das políticas públicas de informatização das escolas na totalidade e de inclusão digital é algo que impactou no momento destacado.

A Educação a Distância (EaD) foi potencializada durante a pandemia, acabando por se tornar a principal alternativa municipal para a continuidade da educação escolar infantil, mediante o fechamento das escolas e suspensão das aulas presenciais em decorrência do isolamento social. No entanto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, fez uma importante ressalva sobre o uso da EaD como ferramenta de auxílio as atividades presenciais na educação básica pelos seguintes motivos:

Fatores pedagógicos: a necessidade de atividades interacionais, lúdicas e afetivas na educação infantil; fortalecimento das relações cognitivas e de interação social nas demais etapas do ensino básico, além da pouca autonomia didática dos jovens nessa fase escolar. Fatores de condições de acesso e sociais: muitas famílias possuem baixa escolaridade, moram em cômodos únicos com uma televisão, sem computadores e por vezes com mais de um aparelho celular, mas sem acesso à internet banda larga; a depender dos instrumentos a serem empregados para atividades escolares não presenciais, a maior parte dos estudantes não terá como acessar ou desenvolver plenamente os conteúdos com qualidade (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 21).

O grande desafio que os profissionais da escola da educação infantil de Camaçari, na rede pública de ensino, precisaram levar em consideração ao pensar estratégias didáticas pedagógicas para desenvolver atividades remotas nessa etapa da educação durante a pandemia. Os fatores pedagógicos e os fatores de condições de acesso e os sociais influenciaram expressivamente nas dificuldades que estes profissionais tiveram de enfrentar para fazer com que a educação escolar acontecesse e assim, garantir o direito à educação. Ainda conforme a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a CNTE apresentou os pressupostos pelos quais

deveriam ser pautadas as ofertas contingenciais de educação não presenciais durante o período de distanciamento social:

A oferta escolar em caráter oficial precisa atender aos preceitos fundamentais de **acesso universal** dos estudantes e de padrão de qualidade para todos. As tecnologias para difusão das aulas remotas **não podem se pautar em processos de mercantilização e privatização da educação**. A coexistência da educação pública e privada e as diferenças socioeconômicas dos estudantes dessas duas redes de ensino exigem **tratar desigualmente os desiguais**. Os apontamentos de universidades (instituições de excelência na educação) e de entidades gestoras da educação básica, especialmente em âmbito municipal, sobre a utilização da EaD. A importância de se manter os contratos e as remunerações integrais dos trabalhadores da educação (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 21, grifo do autor).

O CNE, que anteriormente era contrário à Educação Infantil EaD, diante do contexto pandêmico, passou a considerar a necessidade de se adotar atividades remotas utilizando tecnologias digitais conectadas à Internet, de modo que as crianças continuassem tendo uma rotina escolar adequada. O parecer n.º 05/2020, no que diz respeito aos direitos e aprendizagem, pontua que “[...] enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 9).

O referido parecer acrescenta ainda que as atividades desenvolvidas para os alunos socioeconomicamente menos favorecidos precisam ser ponderadas levando em consideração esse aspecto, buscando incluí-los digitalmente, uma vez que um número expressivo não tem acesso ou possuem acesso limitado à internet. Conforme ressalta o parecer supracitado, “[...] sabe-se que quanto mais novas são as crianças, mais importante é o trabalho de intervenção educativa e interação social para o seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 9).

São indicadas também os tipos de atividades a serem encaminhadas as famílias, a saber:

Para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura. Já para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças. As escolas e redes podem também orientar as famílias a estimular e criar condições para que as crianças sejam envolvidas nas atividades rotineiras, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem. Além de fortalecer o vínculo, este tempo em que as crianças estão em casa pode potencializar dimensões do desenvolvimento infantil e trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 10).

Dentro desse contexto, as escolas e creches comunitárias de educação infantil do município de Camaçari, antes mesmo da homologação do parecer supracitado, já vinham adequando atividades de forma contingencial, buscando diminuir os impactos da suspensão das aulas na vida das crianças. Assim como contemplando as orientações da Secretaria de Educação (SEDUC) do município que, no dia 5 de maio de 2020, encaminhou as instituições de educação infantil um documento institucional (organizacional) a respeito das atividades remotas a serem desenvolvidas nessa etapa da educação. A ação de maior impacto na educação municipal durante a pandemia foi o programa "Mais e Melhor Educação", uma iniciativa da prefeitura de Camaçari, que visou fortalecer e ampliar a oferta educacional no município, com foco em proporcionar uma educação de qualidade desde a infância (ALVES SOBRINHO; ARAÚJO, 2018).

O Projeto "Mais e Melhor Educação: em Casa" sinaliza a responsabilidade social de manter a população de Camaçari informada, com acesso a diferentes formas de conhecimentos e com o objetivo de apoiar e contribuir para a manutenção da rotina de estudos em casa, por meio de um plano semanal de atividades, utilizando ferramentas e recursos tecnológicos disponíveis e acessíveis ao público interessado. Seja site, e-mail, Facebook e Instagram da Seduc (CAMAÇARI, 2020, p. 2).

Durante a pandemia de Covid-19, a implementação desse programa na educação infantil enfrentou inúmeros desafios, exigindo adaptações e inovações para garantir a continuidade do ensino e a segurança dos alunos. Como a pandemia de Covid-19 transformou radicalmente o cenário educacional global, e em Camaçari não foi diferente, as medidas de distanciamento social e a suspensão das aulas presenciais impuseram um desafio significativo especialmente para a educação infantil, um segmento que depende fortemente de interações presenciais e atividades lúdicas.

Para enfrentar os desafios impostos pela pandemia, o programa "Mais e Melhor Educação" em Camaçari adotou várias estratégias para minimizar os impactos da Covid-19 como, por exemplo, a implementação de plataformas digitais para ensino remoto. Ferramentas como WhatsApp e outras plataformas de videoconferência e mensagens foram utilizadas para manter as atividades educacionais (Alves Sobrinho; Araújo, 2018). Para mitigar a falta de acesso à tecnologia, a prefeitura trabalhou na distribuição de tablets e na instalação de pontos de internet gratuita em áreas mais carentes.

Visando minimizar essas dificuldades, a Prefeitura de Camaçari vem desenvolvendo ações para fornecer conectividade, através de wi-fi, de forma gratuita a seus usuários. Inicialmente foi disponibilizado wi-fi gratuito em sete praças e depois mais três passaram a contar com wi-fi gratuito para a população. A ação ocorre em parceria entre a Prefeitura de Camaçari e a Telemar, que vai implantar o serviço em outras seis praças do município. Para ter acesso, as pessoas devem se cadastrar informando nome completo, e-mail, data de nascimento e sexo [...] A medida beneficia as pessoas mais carentes, uma vez que garante o acesso à internet, que se torna cada vez mais importante, principalmente nesse momento de pandemia de Covid-19. O acesso é fácil e dispensa burocracia. A prefeitura destaca que esta é mais uma ação para elevar a acessibilidade digital em Camaçari (CAMAÇARI, 2021, p. 1).

Ainda foram distribuídos kits de atividades impressas para crianças que não tinham acesso à internet, garantindo que todos pudessem continuar o aprendizado em casa (ALVES SOBRINHO; ARAÚJO, 2018). A prefeitura também forneceu orientações e suporte contínuo para os pais, capacitando-os para auxiliar as crianças nas atividades diárias. Programas educativos também foram transmitidos por emissoras de rádio e televisão locais, oferecendo conteúdos apropriados para a educação infantil. Essas transmissões serviram como uma forma de alcançar um público mais amplo e diversificado, especialmente aqueles em áreas com pouca conectividade digital (ALVES SOBRINHO; ARAÚJO, 2018). A gestão municipal de Camaçari também aproveitou a pandemia para proporcionar investimentos significativos que foram realizados na capacitação dos professores para o uso de novas tecnologias e metodologias de ensino remoto. Desde webinários, workshops e cursos online; recursos foram oferecidos para garantir que os educadores estivessem preparados para os desafios do ensino à distância.

Apesar das iniciativas, segundo Sobrinho, Araujo e Neves (2020) a educação infantil em Camaçari durante a pandemia enfrentou diversos desafios. A disparidade socioeconômica se refletiu no acesso desigual à tecnologia, prejudicando especialmente os alunos de comunidades mais carentes. Manter o engajamento das crianças pequenas foi um desafio, devido à dificuldade de sustentar a atenção e a interação necessárias no formato remoto. A necessidade de infraestrutura tecnológica e recursos adicionais foi um obstáculo significativo, exigindo investimentos que nem sempre estavam disponíveis. A crise acelerou a adoção de

inovações tecnológicas e metodológicas, que continuarão a ser valiosas mesmo após o retorno das aulas presenciais (SOBRINHO; ARAUJO; NEVES, 2020).

Ainda assim, o programa "Mais e Melhor Educação" em Camaçari demonstrou resiliência e adaptabilidade diante dos desafios impostos pela pandemia. As iniciativas para garantir a continuidade do ensino, como o uso de tecnologias digitais, a distribuição de materiais didáticos e o apoio às famílias, foram cruciais para minimizar os impactos negativos. No entanto, a desigualdade no acesso à educação e a necessidade de maior investimento em infraestrutura permanecem desafios a serem enfrentados. A experiência acumulada durante a pandemia pode servir como um catalisador para melhorias contínuas no sistema educacional, garantindo uma educação de qualidade e equitativa para todas as crianças de Camaçari (SOBRINHO; ARAUJO; NEVES, 2020). Ao final do recorte temporal, a educação municipal para os anos iniciais apresentou um índice de 5.5 pontos, segundo dados do índice de desenvolvimento de educação básica (IDEB). Uma síntese das principais ações aplicadas pelo município para enfrentar a pandemia na área educacional são apresentadas no Quadro 1 abaixo¹:

Quadro 1 - Planilha de medidas educacionais para enfrentamento da pandemia em Camaçari (2020-2021)

(continua)		
Categoria	Descrição	Detalhes
Aulas Remotas	Implementação de plataformas e ferramentas para ensino à distância.	Aulas transmitidas via WhatsApp; Capacitação de professores para uso de Zoom e Google Meet; Criação de um portal educativo específico para educação infantil.
Materiais Didáticos	Distribuição de materiais físicos e digitais para alunos.	Distribuição de kits de atividades para crianças; Criação de uma biblioteca digital com acesso a livros e vídeos educativos.
Suporte Emocional	Apoio psicológico e emocional para alunos e famílias.	Atendimento psicológico via chamadas de vídeo; Oficinas de apoio emocional para pais e responsáveis.
Treinamento de Professores	Capacitação dos educadores para o ensino remoto e novas tecnologias.	Workshops semanais sobre ferramentas digitais; Criação de uma equipe de suporte técnico para auxiliar professores.

¹ Quadro elaborado baseado na publicação de Raquel Alves Sobrinho et al.

Quadro 1 - Planilha de medidas educacionais para enfrentamento da pandemia em Camaçari
(2020-2021)

(conclusão)		
Categoria	Descrição	Detalhes
Comunicação com Pais	Estratégias de comunicação com pais e responsáveis para acompanhamento do aprendizado.	Encontros virtuais mensais com pais; Criação de um grupo no WhatsApp para comunicação rápida; Envio de e-mails semanais com atualizações do progresso dos alunos.
Apoio Alimentar	Distribuição de alimentos para famílias dos alunos.	Distribuição quinzenal de cestas básicas para famílias carentes; Programa de alimentação adaptado com entrega de kits nutricionais.
Atividades Extracurriculares	Implementação de atividades adicionais para manter o engajamento dos alunos.	Aulas de música e dança via Zoom; Sessões de leitura e contação de histórias online.
Inclusão Digital	Medidas para garantir que todos os alunos tenham acesso à tecnologia necessária.	Doação de tablets para alunos sem acesso a dispositivos; Parcerias com empresas de telecomunicações para fornecer internet gratuita; Treinamentos sobre uso de tecnologia para alunos e pais.

Fonte: Elaboração própria (2024).

No que diz respeito aos espaços educacionais camaçarienses, a interação entre escola, família e comunidade é essencial para o desenvolvimento das ações socioeducativas, na qualidade dos serviços prestados. Esse trabalho coletivo e cooperativo possibilita os profissionais conhecerem melhor o universo sociocultural das crianças, isto é, o meio familiar e social em que vivem (ALVES SOBRINHO; ARAÚJO, 2018). Os desafios e as perspectivas de fazer acontecer uma educação EaD na cidade são muitos. As ações educativas que ocorreram de forma remota, teve os aparatos tecnológicos digitais conectados à internet como principais recursos para que a escola de educação infantil do município não se desconectasse da vida dos partícipes da educação escolar.

Os impactos da pandemia da Covid-19 na educação de Camaçari são diversos e, certamente, perdurarão por muito tempo. Uma vez que a própria vivência humana se transformou com a pandemia, é natural que a realidade educacional também se modifique. As perspectivas e tendências para essa nova realidade serão discutidas mais a frente.

5 RESULTADOS E TENDÊNCIAS FUTURAS

Com base nas ações implementadas pela cidade de Camaçari durante a pandemia, podemos analisar alguns resultados e prever algumas tendências futuras para a educação infantil na região. Esses resultados e tendências refletem uma combinação de avanços tecnológicos, melhorias no suporte emocional e psicológico, e uma maior inclusão digital. Os resultados obtidos com as ações afirmativas na pandemia englobam a melhoria nas habilidades dos professores para utilizar ferramentas digitais e plataformas de ensino online, resultando em um ensino mais dinâmico e interativo; o aumento da familiaridade dos alunos com tecnologias digitais desde a infância, preparando-os melhor para um futuro cada vez mais digitalizado. Além de um maior acesso a dispositivos tecnológicos (tablets, computadores) e internet para famílias de baixa renda, reduzindo a desigualdade digital.

Para as tendências futuras no município vale destacar a adoção de um modelo de ensino híbrido que combine aulas presenciais e remotas, proporcionando flexibilidade e continuidade no aprendizado; a utilização de dados e tecnologia para personalizar o ensino conforme as necessidades individuais dos alunos, promovendo um aprendizado mais eficaz. Os programas de formação continuada para professores, focando em novas tecnologias educacionais, metodologias inovadoras e gestão emocional. Além de incluir o desenvolvimento de políticas educacionais que visem garantir a equidade no acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas. As ações implementadas durante a pandemia criaram uma base sólida para melhorias contínuas na educação infantil em Camaçari. O foco no desenvolvimento das competências digitais, na inclusão e no suporte emocional prepara a comunidade escolar para enfrentar desafios futuros e aproveitar novas oportunidades. As tendências apontam para uma educação mais equitativa, personalizada e integrada, onde a tecnologia e o bem-estar emocional desempenham papéis centrais no desenvolvimento das crianças.

Como a pandemia de COVID-19 impôs desafios significativos ao sistema educacional global, e Camaçari não foi exceção, se faz interessante observar que as medidas adotadas pela cidade oferecem um bom campo para futuras pesquisas; destacando a análise do impacto das medidas de ensino remoto sobre o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças em idade pré-escolar na região, por exemplo. Novos estudos poderiam focar na adaptação das crianças aos novos métodos de aprendizado, a eficácia das ferramentas tecnológicas utilizadas e a capacidade dos educadores em oferecer suporte adequado em um ambiente virtual. Além

disso, seria valioso investigar como a interação limitada com colegas e professores afetou as habilidades sociais e emocionais das crianças.

Outro campo de pesquisa relevante envolve a avaliação das estratégias de retorno às aulas presenciais e os desafios enfrentados por educadores e alunos na readaptação ao ambiente escolar. Pesquisas futuras poderiam examinar as práticas de segurança sanitária implementadas, a adequação das infraestruturas escolares para atender às novas exigências e o impacto dessas mudanças na saúde mental e bem-estar das crianças e dos professores. Analisar diferentes abordagens adotadas por escolas públicas e privadas em Camaçari também poderia fornecer opiniões valiosas para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes no futuro. Por fim, é crucial explorar as desigualdades educacionais exacerbadas pela pandemia, especialmente em comunidades vulneráveis de Camaçari. Estudos poderiam investigar como fatores socioeconômicos influenciaram o acesso e a qualidade do ensino remoto, bem como as diferenças no apoio recebido por famílias de diferentes classes sociais.

Em suma, as medidas de enfrentamento adotadas por Camaçari para a educação infantil foram inteligentes e rápidas, servindo de modelo para outros municípios. O Quadro 2 sintetiza as principais ações municipais ao qual são as características do objeto de pesquisa, destacando os pontos positivos e negativos; assim como traz sugestões e intervenções quando necessário.

Quadro 2 - Pontos Positivos e Negativos - Camaçari - 2024

Características	Pontos positivos	Pontos Negativos	Sugestão/Intervenção
Adaptação ao Ensino Remoto	Implementação rápida de plataformas online e uso de ferramentas digitais.	Falta de acesso universal à internet e dispositivos eletrônicos para todas as crianças.	Investir em programas de distribuição de tablets e ampliar o acesso à internet, especialmente em áreas carentes.
Capacitação dos Professores	Treinamento em uso de tecnologias educativas para muitos professores.	Alguns professores tiveram dificuldades em se adaptar ao ensino remoto e faltou capacitação adequada para todos.	Realizar mais programas de formação contínua focados em tecnologias digitais e metodologias de ensino remoto.
Engajamento dos Pais e Responsáveis	Maior envolvimento dos pais na educação dos filhos devido ao ensino remoto.	Nem todos os pais têm disponibilidade ou conhecimento para ajudar no ensino em casa.	Oferecer workshops e materiais de apoio para orientar os pais sobre como auxiliar na educação remota.

Material Didático e Conteúdo	Desenvolvimento de conteúdos digitais e impressos adaptados para o ensino remoto.	Dificuldade em manter a atenção e engajamento das crianças em atividades online.	Desenvolver atividades mais interativas e lúdicas, além de integrar mais conteúdos audiovisuais para prender a atenção das crianças.
Infraestrutura das Escolas	Algumas melhorias na infraestrutura das escolas para receber alunos	Falta de infraestrutura adequada em muitas escolas para garantir medidas de distanciamento e higiene.	Realizar reformas e investimentos na infraestrutura das escolas.

Fonte: Elaboração própria (2024).

O Quadro 2 reflete uma análise geral das características e dos desafios enfrentados pela educação infantil municipal de Camaçari durante os anos da pandemia, assim como possíveis sugestões e intervenções para melhorar a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos e professores em um futuro próximo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios significativos para a educação infantil em Camaçari, assim como em muitas outras localidades. O ano de 2021 foi marcado por uma necessidade urgente de adaptação ao ensino remoto. A administração municipal teve que implementar rapidamente estratégias para continuar o processo educativo de maneira não presencial. Isso incluiu a introdução de plataformas de ensino de forma online, o que foi essencial para a manutenção da educação infantil durante o combate à Covid-19. Ferramentas como WhatsApp e outras plataformas de videoconferência tornaram-se comuns à época.

Contudo, alguns percalços foram aparecendo ao longo do caminho; a capacitação dos professores municipais exigiu um esforço considerável. Uma vez que para treinar os professores no uso dessas novas tecnologias, se fez necessário, cursos de capacitação também à distância. Muitos educadores tiveram que aprender rapidamente como manejar plataformas digitais e adaptar seus métodos de ensino para a educação infantil, que até então era um segmento que nunca tinha sido contemplado com aulas digitais anteriormente.

A distribuição de atividades impressas também foi uma solução para as famílias sem acesso à internet, garantindo que todas as crianças tivessem algum tipo de material educativo, visando minimizar os impactos das diferenças sociais no município. A rapidez na

implementação do programa “Mais Educação” para a educação infantil, garantiu que os municípios não perdessem tanto conteúdo no período de isolamento social. Com a ajuda das plataformas digitais, a gestão municipal de Camaçari, demonstrou a capacidade de adaptação da de educação durante emergências.

O ensino remoto levou a um maior envolvimento dos pais no processo educativo, criando uma parceria mais próxima entre escola e família. A falta de acesso à internet e dispositivos eletrônicos expôs desigualdades sociais significativas do município. Muitas crianças ficaram em desvantagem por não terem os recursos necessários para participar plenamente do ensino remoto. Dentro desse contexto, a qualidade do ensino remoto variou significativamente. A falta de experiência e treinamento adequado de alguns professores resultou em uma experiência educacional inconsistente, com muito a ser melhorado posteriormente.

A experiência com o ensino remoto apontou para a viabilidade do ensino híbrido como uma tendência futura. Este modelo combina o ensino presencial com o ensino online, permitindo flexibilidade e continuidade do aprendizado em diferentes circunstâncias. O futuro da educação infantil em Camaçari provavelmente verá um aumento no investimento em tecnologia. Um dos focos deverá ser a melhoria da infraestrutura digital nas escolas, garantindo acesso à internet e dispositivos para todos os alunos. Pedagogicamente, Camaçari deve desenvolver conteúdos educacionais mais interativos e envolventes, utilizando recursos multimídia.

Garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais, independentemente de suas condições socioeconômicas é a principal meta municipal. Além disso, oferecer suporte adicional às famílias e alunos que enfrentam maiores desafios, tanto em termos de recursos materiais quanto de apoio psicológico e educacional. A educação infantil em Camaçari enfrentou desafios significativos durante a pandemia, mas também demonstrou resiliência e capacidade de adaptação. Programas como o "Mais Educação" e a formação continuada dos professores foram cruciais para manter a qualidade do ensino. Para o futuro, a aposta no ensino híbrido, no investimento em tecnologia e na promoção da equidade será fundamental para construir um sistema educacional mais robusto e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALVES SOBRINHO, Raquel; ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Os espaços educacionais comunitários como lugar de inclusão social de criança em situação de vulnerabilidade. *In*: NEVES, Bárbara Coelho Neves; CORREIA, Patrícia Carla da Hora (Orgs.). **As tecnologias e**

o contexto da educação inclusiva: problematizações em espaços educacionais. São Cristóvão: UFS, 2018.

AVELINO, Wagner Feitosa Avelino; MENDES, Jessica Guimarães. A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56-62, maio, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3759679>. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/AvelinoMendes>. Acesso em: 24 abr. 2024.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 79 p.

BARBOSA A. F. (coord). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras:** TIC Educação 2013. 2014. Disponível em: http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAMAÇARI. Câmara Municipal. **Lei nº 1.645, de 22 de dezembro de 2020. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Camaçari para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências**. Camaçari, 2020. Disponível em: <http://arquivos.camacari.ba.gov.br/cgm/planejamento/150221034334126789.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2024.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. COVID-19, **Educação e Proteção de crianças e adolescentes: comunidade escolar, família e profissionais da educação e proteção da criança e adolescente**. Guia para tomadores de decisão, volume 1, março de 2020a. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia1_FINAL.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. COVID-19 **Educação à Distância:** informe-se e saiba como agir, cobrar e trabalhar pela educação de maneira colaborativa. Guia para tomadores de decisão, v. 3, abril de 2020b. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia3-EaD_FINAL.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº. 05 de 30 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020.pdf. Acesso em: 07 maio 2024.

CETIC. **TIC Kids Online Brasil**. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/kidsonline/> Acesso em 14 mar. 2024.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 19. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1990.

MENSAGENS e **ações importantes a Covid-19, prevenção e controle em escolas**. Mar., 2020. Disponível em:

https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51955/OPASBRACOV1920015_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 abr. 2024.

MORAES, Bianca M. De. **Políticas Públicas de Educação**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016.

OLIVEIRA, Hudson do Vale de; SOUZA, Francimeire Sales de. Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 15-24, maio 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3753654>. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/OliveiraSouza>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SANTOS, Kátia S. **Políticas Públicas Educacionais no Brasil: Tecendo Fios**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0271.pdf> Acesso em: 14 mar. 2024.

SILVA, Claudio Gomes da. A Importância do Uso das TICS Na Educação. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 3, ed. 08, v. 16, p. 49-59, ago. 2018.

SOBRINHO, Raquel Alves; ARAÚJO, Jurandir de Almeida; NEVES, Barbara Coelho. Covid-19, Tecnologia Digital e Educação: reflexões sobre a suspensão das aulas no contexto das escolas e creches comunitárias do Município de Camaçari, BA. **Folha de rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, p. 71-83, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/525>. Acesso em: 12 jun. 2024.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 530.

WHO. **World Health Organization**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 14 mar 2024.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO E O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA
RECEBIDO	22/06/2024
AVALIADO	01/07/2024
ACEITO	12/06/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Jucley Souza de Araújo
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduando em Administração Pública pela Universidade Estadual da Bahia, cursando 8º semestre.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Maria José M. dos Santos
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Barreiras
ESTADO	BA
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduando em Administração Pública pela Universidade Estadual da Bahia, cursando 8º semestre.
AUTOR 3	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Nayara B. Moreira
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Barreiras
ESTADO	BA
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Mestra em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Universidade do Estado da Bahia e da Faculdade Anísio Teixeira
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	de	Autor 1: jonas674@hotmail.com Autor 2: mjcsantos17@gmail.com Autor 3: naymoreira@uneb.br
---	----	--